

Langoni aponta raízes políticas para dívida

EDUARDO BRITO
Editor de Economia

A solução do problema da dívida externa dos países em desenvolvimento exige já, necessariamente, a participação ativa dos governos dos países industrializados. É um caso típico em que a ação governamental torna-se necessária para restabelecer, ao longo do tempo, o funcionamento do mercado. Com base nessa idéia, o ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, opina que teses como a de capitalização dos juros podem chegar a ser aceitas pelos credores.

Esse é um dos conceitos contidos no Livro *A Crise do Desenvolvimento, Uma Estratégia para o Futuro*, que Langoni lança em Brasília na próxima quinta-feira. Nele, o ex-presidente do Banco Central aproveita sua experiência de principal negociador da dívida externa brasileira em um período crítico, o que se seguiu ao chamado **setembro negro** e examina tanto o ajuste feito quanto as perspectivas para a economia do próximo governo.

Langoni imprime a seu trabalho uma visão que ressalta os aspectos políticos do problema da dívida externa. Ela foi gerada, mostra ele, não apenas pela existência de uma grande liquidez no mercado financeiro internacional como por uma decisão do governo brasileiro. A recessão mundial que se seguiu à elevação dos preços do

petróleo levaria, em princípio, a uma queda dos investimentos privados e, em última instância, do próprio crescimento. O Estado brasileiro, porém "atou de forma anticicólica, expandindo o investimento público e incentivando o investimento privado".

Com isso, é verdade, manteve-se um ritmo de crescimento. Mas, aponta o ex-presidente do BC, "a custa de novo patamar inflacionário (a inflação praticamente duplica) e da aceleração dos endividamentos externo e interno". Portanto, conclui Langoni, a decisão de se adiar o ajustamento só foi viabilizada pelo peso da presença do Estado na economia e pelas condições favoráveis de acesso ao mercado financeiro internacional".

REFORMAS

Agora, acha Langoni, "a situação exige claramente um amplo conjunto de reformas que constituem peças de um novo arcabouço institucional". O déficit público, por exemplo, não pode mais ser tratado como até agora, "com o crescimento das despesas do setor público sendo simplesmente sancionado por aumento da carga tributária". É preciso estabelecer limitações legais que tornem impossível assumirem-se compromissos de dispêndio, a não ser com clara e precisa definição de recursos.

Para isso, porém, não basta unificar os três orçamentos nacionais — o fis-

cal, o monetário e o das es-tatais — mas redistribuir poder de modo a que o Congresso possa controlar efetivamente as decisões de dispêndio, hoje concentradas no Executivo. Essa responsabilidade pela administração do setor público levaria ainda à limitação do que o ex-presidente do Banco Central chama de "auto-expansão do setor público", que seria — como tem acontecido nos últimos anos — um crescimento por moto próprio. Langoni propõe também a independência do Banco Central, de forma a deixá-lo equidistante tanto do Executivo quanto do Legislativo. O objetivo básico de sua ação — como em outros países, como os Estados Unidos, no qual sua autonomia é assegurada — seria garantir a estabilidade do nível geral de preços. Não haveria assim tentativa de se conciliar preocupações de fomento com o manejo eficiente da política monetária.

Essas propostas compõem um quadro nitidamente neoliberal. O ex-presidente do Banco Central formula crítica às administrações brasileiras que se seguiram a 64, mas basicamente por seu interventionismo. Mesmo assim, no quadro internacional, a proposta principal é justamente a de que os governos das nações ricas percebam a necessidade de uma renovação global dos mecanismos hoje existentes, que se revelam insuficientes para se lidar com a crise.